



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 25**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA VINTE NOVE DE**  
**NOVEMBRO DOIS MIL E DEZASSETTE.**

----- Aos vinete nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezasseite, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os **Senhores Vereadores, Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes.-----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.-----

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJECTOS DE ARQUITECTURA:** Presentes os seguintes projectos de arquitectura, em nome de: -----

- **Patrícia Alexandra Lopes Arsénio**, para construção de edifício de habitação, na Estrada das Cabeceiras, Lote 2 - Mora. Aprovado por unanimidade o **projecto de arquitectura** de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo a requerente **cumprir** com o constante no referido parecer. ----

Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de seis meses para apresentação dos projetos de especialidades, juntamente com a ficha estatística corrigida. -----

- **Ana Sofia Alves Pereira Maravilha** e **José Miguel Bento Dias Ferreira**, para alteração, legalização e ampliação de edifício, sito na Herdade da Casa Branca da Estrada, Pavia. Aprovado por unanimidade o projecto de arquitectura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e da **CCDRA**, devendo a requerente cumprir com o constante nos referidos pareceres. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de seis meses para apresentação dos projetos de especialidades. -----

----- **Ponto um - dois: POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL:**

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que relativamente ao assunto referenciado em epígrafe cumpre informar: -----

**1** - Concluídas as intervenções no posto de abastecimento para consumo próprio, com reservatório subterrâneo com capacidade para 10000 litros de gasóleo, solicitou a requerente a necessária vistoria, que foi realizada no dia 01/08/2017.-----

**2** - Como resultado dessa vistoria, foi emitido o relatório de não conformidades n.º EIC201700884\01, tendo sido concedido o prazo de 90 dias para implementação das ações corretivas. -----

**3** - Após informação por parte da requerente de que estariam corrigidas as desconformidades, foi agendada nova vistoria, realizada no dia 28/09/2017. Nessa inspeção, foi detetada ainda uma não conformidade (relatório n.º EIC201701203\01), pelo que se concedeu novo prazo de 90 dias para respetiva correção. -----

**4** - Pela correspondência remetida pelo ISQ em 17/11/2017, verifica-se que foi entregue documentação diretamente nessa entidade, que veio a motivar a emissão de parecer favorável (relatório n.º EIC201701427\01), que considera o resultado das inspeções e demais procedimentos satisfatórios. -----

**5** - A instalação fica sujeita a seguro de responsabilidade civil, conforme previsto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei 267/2002 de 26/11, com a última redação introduzida pelo Decreto-Lei 217/2012 de 9/10. O montante do seguro deve ser estabelecido pela entidade licenciadora, pelo que se submete o assunto a devota deliberação. Cumpre informar que para a última instalação semelhante licenciada, foi estipulado o valor de 675 000,00€. De referir também que foi submetida documentação relativa a seguro já contratado pela interessada com cobertura das instalações de armazenamento de produtos do petróleo no valor de 1 350 000,00 € por sinistro e anuidade. -----

**6** - Estabelecido o montante do seguro, e atendendo ao teor do relatório final emitido pelo ISQ, estarão reunidas as condições para a concessão da licença de exploração, que será titulada pelo alvará de autorização de utilização, a que se refere o n.º 3 do artigo 74.º do regime jurídico da urbanização e da edificação, conforme estabelecido pelo n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei 267/2002 de 26/11, com a redação vigente. -----

**7** - Propõe-se ainda informar a requerente de que, em conformidade com o artigo 19.º do Decreto-Lei 267/2002 supracitado, a instalação ficará sujeita a inspeções periódicas quinquenais, destinadas a verificar a conformidade da instalação com as condições aprovadas no âmbito do licenciamento. Esta vistoria será da responsabilidade da requerente, que deverá submeter o certificado de conformidade da instalação no Município. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com o constante no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** indo proceder em conformidade. Mais deliberou por unanimidade estabelecer o montante do seguro de responsabilidade civil no valor de **675 000,00€, seiscentos e setenta e cinco mil euros.** -----

----- **Ponto um - três: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presentes os seguintes pedidos de **emissão de certidões** em nome de: -----

- **Maria Luísa Lopes Pereira Batista Vale**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 84** da freguesia de **Pavia**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 855 da mesma freguesia, com a área de implantação de 115,00 m2 e de construção de 200,00 m2. Solicita ainda que seja certificado que o imóvel se situa na Rua de S. Paulo, n.º 20, anteriormente designada por Rua Velha. -----

Verifica-se que foi entregue cópia da atualização da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na antes de agosto de 1951, ainda que nos dados da avaliação conste como ano de inscrição na matriz 1984. Para além disso, dos dados constantes da certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial consta que foi usada a faculdade de atualização de área prevista no artigo 28.º - B do Código do Registo Predial. -----

Sendo assim, e ainda que considerada a data de 1984, verifica-se que o imóvel terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime

de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção. -----

Relativamente à morada, foi submetida certidão emitida pela Junta de Freguesia de Pavia, confirmando a alteração referida. -----

Face ao exposto e ao teor da certidão anexa à presente informação, propõe-se o deferimento de pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Francisco Tierno Nunes da Silva**, em representação de Maria Manuela Casqueiro Maçaroco Marreiros, proprietária do prédio denominado “Ferrarias”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1792 da Freguesia de Mora e inscrito na matriz sob o **artigo 7 da Secção K** da mesma freguesia, com a área total de 121,75 ha, requerendo a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar relativamente ao mesmo. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com as alterações introduzidas pelas Leis 64/2003 de 23 de agosto e 10/2008 de 20/02. -----

Tendo presente o teor do parecer jurídico ref.ª C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da natureza do negócio que se visa concretizar - doação do prédio às duas filhas da proprietária, em partes iguais - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado. -----

Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável, propõe-se que a Câmara Municipal decida não manifestar oposição ao negócio de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e do **Consultor Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não vêr qualquer inconveniente na constituição da referida **compropriedade**. -----

- **Francisco Tierno Nunes da Silva**, em representação de Maria Manuela Casqueiro Maçaroco Marreiros, proprietária do prédio denominado “**Ferrarias**”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1460 da Freguesia de Mora e inscrito na matriz sob o **artigo 6 da Secção K** da mesma freguesia, com a área total de 33,713 ha, requerendo a emissão de parecer favorável ao negócio de compropriedade que se pretende concretizar relativamente ao mesmo. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com as alterações introduzidas pelas Leis 64/2003 de 23 de agosto e 10/2008 de 20/02. -----

Tendo presente o teor do parecer jurídico ref.ª C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da natureza do negócio que se visa concretizar - doação do prédio às duas filhas da proprietária, em partes iguais - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado. -----

Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável,

propõe-se que a Câmara Municipal decida não manifestar oposição ao negócio de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e do **Consultor Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não vêr qualquer inconveniente na constituição da referida compropriedade. -----

----- **Ponto um - quatro: REVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO "CASAS DE ROMARIA":** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** enviado para conhecimento e devidos efeitos relatório da auditoria de revisão de classificação efetuada ao empreendimento turístico "**Casas de Romaria**", explorado como turismo de aldeia e constituído por "Casas de Campo", situado na Rua da Igreja e Rua do MFA, em Brotas. -----

De acordo com o teor desse relatório propõe esta Divisão manter a classificação dos edifícios vistoriados (Casas de Campo), com as seguintes capacidades máximas:-----

Casa 1 "Confraria de Palmela": 1 quarto duplo (2 camas); -----

Casa 2 "Confraria de Lavre": 1 quarto duplo (2 camas);-----

Casa 3 "Confraria de Setúbal": 2 quartos duplos (4 camas);-----

Casa 4 "Confraria de Mora": 1 quarto individual e 2 quartos duplos (5 camas); --

Casa 5 "Confraria de Cabrela": 2 quartos duplos (4 camas); -----

Propõe-se, também, dar conhecimento do resultado desta auditoria ao **Turismo de Portugal I.P.**, nos termos definidos pelo n.º 9 do artigo 38.º do **Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manter a classificação dos edifícios vistoriados ao empreendimento turístico "Casas de Romaria", explorado como turismo de aldeia e constituído por "Casas de Campo", situado na Rua da Igreja e Rua do MFA, em Brotas de harmonia com o relatório da auditoria de revisão de classificação efectuado. -----

Mais deliberou por unanimidade dar conhecimento do resultado desta auditoria ao **Turismo de Portugal I.P.**, nos termos definidos pelo n.º 9 do artigo 38.º do **Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos**. -----

----- **Ponto um - cinco: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO**

**"RECUPERAÇÃO DE UM TROÇO DA EX EN 251" - LIBERAÇÃO INTEGRAL**

**DA CAUÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da adjudicação da empreitada com a designação de "Recuperação de um troço da ex EN 251" à empresa **Construções J.J.R. e Filhos, S.A.** foi apresentada uma Garantia Bancária n.º 154980007466 no montante de **28.827,00€**, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., a favor do Município de Mora, propõe-se a liberação integral da caução ao abrigo do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 19 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, manifestou o seu acordo com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade autorizar a liberação integral da referida caução ao abrigo do número 3 do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 19 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente.-----



----- **Ponto um - seis: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO**

**"CONSTRUÇÃO DO MIRADOURO DE MORA",**

**APROVAÇÃO DO CÁLCULO PROVISÓRIO DA REVISÃO DE PREÇOS:** Pre-

sentente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que **a empreitada "Construção do miradouro de Mora"** encontra-se concluída desde 28-08-2017 (data do auto de receção provisória). -----

Ao abrigo do artigo 300.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, procedeu-se ao cálculo provisório da revisão de preços referente aos trabalhos da referida empreitada, tendo sido apurado o montante de 2.381,35€ (s/ IVA). -----

Em anexo à presente informação, apresenta-se o respectivo cálculo da revisão de preços. -----

Face ao exposto somos a solicitar a aprovação do documento "Cálculo provisório da Revisão de Preços" que se encontra em anexo à presente informação.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o **"Cálculo provisório da Revisão de Preços"** referente à **empreitada "Construção do miradouro de Mora"**. -----

----- **Ponto um - sete: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO**

**"CONSTRUÇÃO DO MIRADOURO DE MORA"**

**APROVAÇÃO DA CONTA FINAL:** Presente informação da **Divisão de Obras e**

**Urbanismo** informando que a **empreitada "Construção do miradouro de Mora"** encontra-se concluída desde 28-08-2017 (data do auto de receção provisória), tendo sido elaborado o documento "Conta Final" em 29-11-2017. -----

O documento **"Conta Final"** foi submetido à aprovação do Empreiteiro, sendo posteriormente assinado por ambas as partes interessadas. O Dono da Obra,

Município de Mora, fez-se representar pelo Presidente da Câmara Municipal, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos. -----

Face ao exposto solicita-se a aprovação do documento “**Conta Final**” que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento “**Conta Final**” referente à empreitada de “**Construção do miradouro de Mora**”. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO-CULTURAL**: -----

----- **Ponto dois - um: CLUBE DE PESCA "OS ÁGUIAS DE CABEÇÃO"**:

Pelo **Senhor Presidente Luís Simão Duarte de Matos**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedido para quaisquer intervenções enquanto Presidente da Câmara para intervir no presente ponto, por ser **Vice-Presidente do Clube de Pesca “Os Águias de Cabeção”**, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente informação da **Divisão Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14, 15 e 18. -----

Face ao pedido de apoio apresentado pelo **Clube de Pesca “Os Águias de Cabeção”**, propõe esta **Divisão** a atribuição de um subsídio no valor de **750,00€**, destinado a apoiar o seu plano de actividades para 2017.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade dos presentes manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, concedendo o referido subsídio no valor de **750,00€**, ao **Clube de Pesca “Os Águias de Cabeção”**, destinado a apoiar o seu plano de actividades para 2017, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

Acto continuo o **Senhor Presidente** regressou à reunião. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **1.998.853,46€**, um milhão novecentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e três euros e quarenta e seis cêntimos e Dotações não Orçamentais no valor de **71.440,68€**, setenta e um mil quatrocentos e quarenta euros e sessenta e oito cêntimos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **19.184,20€**, dezanove mil cento e oitenta e quatro euros e vinte cêntimos.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: TABELA DE PREÇOS 2017 - 6ª ALTERAÇÃO:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de

acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da 6ª alteração à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017, que consiste na inclusão de novos artigos e alteração de preços de artigos já existentes. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a 6ª alteração à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017, que consiste na inclusão de novos artigos e alteração de preços de artigos já existentes. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou** abrir procedimento tipo por Ajuste Direto para a execução da Empreitada com a designação de "Construção de Campo de Padel em Mora", nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, pelo prazo de 6 dias em conformidade com o Convite, o Caderno de Encargos e demais documentos que compõem o processo de concurso.-----

Mais determinou que seja consultada a seguinte empresa da especialidade, que dispõe de experiência comprovada e satisfatória neste tipo de trabalho: Empresa, Sportejo - Actividades Desportivas, Lda..-----

Determinou ainda aprovar o processo de concurso e estabelecer o preço base de 19.000,00€ (s/ IVA).-----

- **Em que determinou** abrir procedimento tipo por Ajuste Direto para a execução da Empreitada com a designação de "Construção do Centro Cultural de Cabeção - Trabalhos Complementares", nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, pelo prazo de 10 dias em conformidade com o Convite, o Caderno de Encargos e demais documentos que compõem o processo de concurso. -----

Mais determinou que seja consultada a seguinte empresa da especialidade, que dispõe de experiência comprovada e satisfatória neste tipo de trabalho: Empresa, Datiben - Construções Unipessoal, Lda. -----

Determinou ainda aprovar o processo de concurso. -----

- **Em que determinou** adjudicar à empresa INFOPORTUGAL - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E CONTEÚDOS, S.A. para a Produção de Cartografia Vetorial Homologada à escala 1:10.000, pelo valor de 63.980,44€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou aprovar a 11ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017, a 13ª. Modificação às Grandes Opções do Plano 2017-2020 e 8ª. Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020.** -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente. -

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-